

**PROCESSO** - A. I. Nº 121644.0005/08-0  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - FUJIBAG - INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ACABAMENTO LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0133-04/09  
**ORIGEM** - INFAZ SANTO AMARO  
**INTERNET** - 11/08/2009

### 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO CJF Nº 0194-11/09

**EMENTA:** ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE APURAÇÃO. ERRO NA APURAÇÃO DO IMPOSTO. RECOLHIMENTO A MENOS. O autuado comprovou o cancelamento de algumas notas fiscais de saídas. Infração parcialmente elidida. 2. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Comprovado que parte do valor exigido está incluído em processo de parcelamento. Infração parcialmente elidida. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, tendo em vista a Decisão constante do Acórdão JJF Nº. 0113-04/09, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração epigrafado, o qual foi lavrado para cobrar ICMS, no valor de R\$100.453,73, além de multa por descumprimento de obrigação acessória, no importe de R\$460,00, decorrentemente das seguintes imputações:

- 1- recolhimento a menos do imposto em resultância de erro na sua apuração. Valor de R\$30.599,48. Multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” da Lei nº 7.014/96;
- 2- falta de recolhimento no prazo regulamentar, referente a ICMS escriturado nos livros fiscais próprios. Valor de R\$69.854,25. Multa de 50%, prevista no art. 42, I, “a” da Lei nº 7.014/96;
- 3- multa de R\$460,00, em função da falta de apresentação da DMA relativa ao período de maio de 2007, prevista no art. 42, XV, “h” da Lei nº 7.014/96.

O autuado, por seu representante legal, apresentou impugnação tempestiva (fls. 323 e 324), guerreando, apenas, parte das exigências imputadas, fundamentando-se nas alegações subsequentes:

#### INFRAÇÃO 1:

- a. Item 3 - Ocorrência em 30/04/2005 - valor referente à Nota Fiscal nº 011.793, de 25/04/2005, a qual foi cancelada, conforme cópia de fl. 325;
- b. Item 4 - Ocorrência em 30/06/2006 - valor atinente às Notas Fiscais de nºs 013.649 e 013.650, de 30/06/2005, canceladas conforme cópias de fls. 326 e 327;
- c. Item 7 - Ocorrência em 31/03/2007 - valor relativo à Nota Fiscal nº 015.068, de 14/03/2007, que fora cancelada conforme cópia de fl. 328;
- d. Item 8 - Ocorrência em 30/09/2007 - valor pertinente às Notas Fiscais de nºs 015.974 e 016.002, de 24 e 28/09/2007, respectivamente, ambas canceladas conforme cópias de fls. 329 e 330;
- e. Item 9 - Ocorrência em 31/12/2007 - valor concernente à Nota Fiscal nº 016.332, de 20/12/2007, também cancelada conforme cópia de fl. 331;

#### INFRAÇÃO 2:

- a. Item 1 - Ocorrência em 30/11/2006 - valor incluído no processo de parcelamento número 000126075, respeitante ao período de 08/06/2006 a 01/07/2007, deferido em 24 parcelas;
- b. Item 2 - Ocorrência em 31/01/2008 - valor compreendido no parcelamento protocolizado no dia 14/04/2008 sob o número 054720/2008-1, já constante do Auto de Infração número 121644/0001/08-5, de 28/03/2008;

- c. Item 3 - Ocorrência em 28/02/2008 - valor inserido no parcelamento protocolizado no dia 14/04/2008 sob o número 054720/2008-1, inserido no Auto de Infração número 121644/0001/08-5, de 28/03/2008;
- d. Item 4 - Ocorrência em 31/03/2008 - valor englobado no parcelamento protocolizado no dia 14/04/2008 sob o número 054720/2008-1, integrante do Auto de Infração número 121644/0001/08-5, de 28/03/2008.

Ao final, postulou a reavaliação do Auto de Infração e posterior correção do valor exigido, para “liquidação ou parcelamento” da quantia correta, anexando cópias de livros de Registro de Saídas e notas fiscais canceladas.

O autuante, ao prestar a informação fiscal de praxe (fls. 387/388), asseverou que, após analisar a defesa e documentos com ela juntados, constatou ter ocorrido, em relação à infração 1, o cancelamento das notas fiscais indicadas, quais sejam: 011.793, de 25/04/2005; 013.649 e 013.650, de 30/06/2005; 015.068, de 14/03/2007; 015.974 e 016.002, de 24 e 28/09/2007 e 016.332, de 20/12/2007.

No que tange à infração 2, o autuante confirmou que o valor de R\$26.860,48, com data de ocorrência indicada para 30/11/2006, efetivamente, já fora incluído em parcelamento anterior ao Auto de Infração (fl. 390).

Quanto aos importes impugnados nos itens b, c e d, acima mencionados (datas de ocorrências de 31/01/2008, 28/02/2008 e 31/03/2008), sustentou ter o contribuinte incorrido em equívoco ao afirmar que os mesmos estariam inclusos no Auto de Infração número 121644.0001/08-5, conforme cópia deste documento anexado às fls. 391 e 392.

Em seguida, à vista dessas considerações, refez o demonstrativo de débito da autuação (fl. 389), reduzindo o valor exigido para R\$43.711,87 e sugerindo o julgamento pela procedência em parte do Auto de Infração.

Ao decidir, a Junta de Julgamento Fiscal, de plano, teceu considerações sobre a sistemática de apuração do ICMS, citando todos os passos a serem seguidos, até a obtenção do valor do imposto a recolher, para os contribuintes enquadrados no regime normal de contribuição, de acordo com o art. 116 do RICMS/BA, mencionando, também, o artigo 124, I, do mesmo Regulamento, que prevê o prazo de recolhimento do imposto.

No que concerne à infração 1, a JJF, após analisar as alegações defensivas, verificou que houve o cancelamento das Notas Fiscais nºs 011.793, de 25/04/2005; 013.649 e 013.650, de 30/06/2005; 015.068, de 14/03/2007; 015.974 e 016.002, de 24 e 28/09/2007 e 016.332, de 20/12/2007.

Asseverou, ademais, a JJF que tais notas foram indevidamente lançadas no livro Registro de Saídas, fls. 08 a 311, ocasionando erro na autuação, reconhecido pelo autuante na informação fiscal, observando que na correção do mencionado livro às fls. 332 a 385, as notas fiscais canceladas não mais estão listadas.

Referindo-se à infração 2, a JJF entendeu que o valor de R\$26.860,48, exigido com data de ocorrência de 30/11/2006, é indevido, pois, conforme o documento de fl. 390, se encontra incluído em parcelamento deferido em data anterior ao Auto de Infração.

No tocante à impugnação dos demais itens, com lançamentos efetivados em 31/01/2008, 28/02/2008 e 31/03/2008, de acordo com o documento de fls. 391 e 392 (que indica falta de recolhimento do imposto entre janeiro de 2004 e dezembro de 2007), admitiu a Junta assistir razão ao autuante, pois os valores exigidos no lançamento não fizeram parte do Auto de Infração número 121644.0001/08-5, cujas datas de ocorrência consignadas no AI são divergentes das impugnadas.

Decidiu, então, a JJF, que restam parcialmente elididas as infrações 1 (valor devido de R\$258,08) e 2 (valor devido de R\$42.993,79) e mantida a infração 3 (valor devido de R\$460,00), que não foi impugnada pelo sujeito passivo.

Nesse passo, acolheu a revisão do lançamento efetuada pelo autuante à fl. 389 e julgou pela Procedência em Parte do Auto de Infração, quantificando-o no valor de R\$43.711,87, recorrendo, em obediência à legislação vigente, a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF.

## VOTO

Consoante explicitado detalhadamente no Relatório, versa este PAF acerca de três infrações, sendo objetos do presente Recurso de Ofício apenas as imputações de nºs 1 e 2, isto é:

1. Recolhimento a menor, face erro na sua apuração, dos valores do imposto. Valor de R\$30.599,48. Multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” da Lei nº 7.014/96;
2. Deixar de recolher o ICMS no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. Valor de R\$69.854,25. Multa de 50%, prevista no art. 42, I, “a” da Lei nº 7.014/96.

Assim é que, do exame integral da procedimentalidade, entendo que se trata de matéria eminentemente fática, cujo julgamento de primeira instância foi embasado em provas documentais e no reconhecimento, pelo autuante, na sua informação fiscal (fls. 387/388), dos fatos suportes alinhados na defesa, acompanhados do demonstrativo de fls. 389, cancelando ditas alegações do autuado, tudo resultando nos ajustes e correções efetuadas pelo auditor e acatados integralmente pela Junta de Julgamento Fiscal, na Decisão, a qual, no ensejo, se reputa incensurável, porquanto em estrita consonância com as normas vigentes, no particular, resultando Parcialmente Procedente o Auto de Infração.

De plano, relativamente à infração 1, ao decidir o Recurso de Ofício, proclamo ser ela parcialmente procedente, por restar indubitavelmente comprovado, pelos documentos e demais elementos acostados aos autos, que as argumentações defensivas de cancelamentos de parte das notas fiscais, lançadas na imputação, na realidade, ocorreram e seus quantitativos devem ser afastados da autuação.

Por seu turno, quanto à infração 2, igualmente, vislumbra este relator a sua procedência parcial, tanto que, em conformidade com os elementos informativos carreados ao feito, se depreende ser cabível a redução da imputação na forma originalmente apontada, por restar comprovado através do documento de fl. 390, que o item 1, na data de sua ocorrência (30/11/2006), valor de R\$26.860,48, encontrava-se incluído em parcelamento aprovado anteriormente ao Auto de Infração em discussão.

Logo, afigura-se irrepreensível a Decisão da JJF, na linha de acolher a revisão do demonstrativo de débito efetuado pelo autuante, às fl. 389, resultando na redução do valor total do Auto de Infração para R\$43.711,87, em conformidade com as provas apresentadas pelo sujeito passivo.

De todo o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício advindo da 4ª JJF, ratificada a Decisão, mantendo o valor julgado para as imputações rotuladas como 1 e 2 do Auto de Infração em epígrafe, por se encontrar em estrita obediência aos ditames legais.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 121644.0005/08-0, lavrado contra **FUJIBAG-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ACABAMENTO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$43.251,87**, acrescido das multas de 60% sobre R\$258,08 e 50% sobre R\$42.993,79, previstas no art. 42, incisos II, “a” e I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$460,00**, prevista no art. 42, XV, “h”, do mesmo Diploma legal, com os acréscimos moratórios na forma da Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de julho de 2009.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

VALNEI SOUSA FREIRE – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO-SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS